

USOS DA 'NATUREZA'
NA CONSTRUÇÃO DOS DESIGUAIS:
DOS ZOOLOGICOS HUMANOS
AOS CANAVIAIS PERNAMBUCANOS

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Resumo

A idéia de natureza já foi usada para propósitos diferentes, ao longo da história. Este artigo buscou mostrar como esses usos aconteceram em dois lugares distintos. Dos zoológicos humanos, na Europa, aos canaviais Pernambucanos, idéias distorcidas sobre natureza contribuíram para justificar hierarquias sociais e econômicas, não biológicas.

Palavras-chave: Natureza; Zoológicos Humanos; Zona canavieira de Pernambuco.

Abstract

The idea of nature has been used for different purposes, in the course of history. This paper aims to show how these uses occurred in two different places. From the human zoos, in Europe, to the sugarcane region of Pernambuco, distorted ideas about nature contributed to justify social and economic hierarchies, not biological.

Keywords: Nature; Human Zoos; Sugarcane Region of Pernambuco.

Há raças nobres. Quais? A nossa, evidentemente. E, para oposição, a dos outros, desprezíveis. Os nomes gentílicos são cheios de intenções. Se os alemães se têm por *ger man*, homem de guerra, nobre, portanto, têm os russos por “eslavos”, derivados de *sclavus*, ou servos. Aliás, os sérvios, que são eslavos, repetem no nome, a servidão... De húngaro se fez “ogre”, canibal, comedor de gente; de búlgaro se fez “bugre”, selvagem, até invertido... Ora, os Guarani, da Sul-América, tinham sua língua, o *abanheenga*, como a “dos guerreiros”, a da gente nobre... os Tupi chamavam à sua, o *nheengatu*, a língua boa... A má era a dos inimigos, os Jê ou Tapuia, assim chamados, por “bárbaros”... É um fenômeno universal, alemão ou tupi, não muda.

Afrânio Peixoto¹

A natureza não é simplesmente um suporte onde a história é construída, base sobre a qual as relações sociais acontecem. Enquanto idéia, ela também é passível de usos diversos, com propósitos variados. Apreendida como um elemento do qual a sociedade escolheu se separar, a natureza foi utilizada, em discursos ao longo da história, para justificar quase tudo: desde reconhecer nela um ancestral que conferiria aos alemães do Terceiro Reich um estado de pureza genética, portanto superiores aos demais povos, até sua negação em virtude de ser ela o principal responsável pelo entrave ao desenvolvimento, ao progresso.

A Grande Promessa do Progresso Ilimitado – a promessa de dominação da natureza, de abundância material, da maior felicidade para o maior número, e sem impedimentos de liberdade pessoal – tem sustentado as esperanças e fé de gerações desde o início da era industrial. De certo, nossa civilização iniciou quando a raça humana começou a tomar o controle ativo da natureza, mas tal controle permaneceu limitado até o advento da era industrial. Com o progresso industrial, que substituiu a energia animal e humana pela energia mecânica e depois nuclear, e substituição da mente

¹ PEIXOTO, Afrânio. *Clima e Saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, p. 11.

humana pelo computador, pudemos sentir que estávamos em nosso caminho para a produção ilimitada e, portanto, consumo ilimitado, que a técnica nos fez onipotente; que a ciência nos fez onisciente. Estávamos a caminho de nos tornar deuses, seres supremos que poderiam criar um segundo mundo, utilizando o mundo natural apenas como blocos de construção para nossa nova criação.²

Nesse *Admirável Mundo Novo*, os seres humanos também teriam naturezas distintas, a depender do seu lugar de origem. Embora os argumentos que durante muito tempo sustentaram essas idéias variassem, seus propósitos eram os mesmos: construir/criar hierarquias. Desde “bárbaros” que circunvizinhavam os romanos e seu império de pedra e ‘lei’, até índios que “rejeitam” a vida civilizada em pleno século XXI, vários outros *diferentes* grupos ao longo da história receberam o rótulo de inferiores, anormais, degenerados, preguiçosos. Ambos os casos, como outros tantos, se embasaram em idéias distorcidas de natureza.

Montesquieu, por exemplo, no livro *O Espírito das Leis*, afirmava que a *natureza do clima*, tornava alguns povos fracos e outros fortes, predispondo alguns ao crime e atribuindo nobreza de caráter a outros. Para os povos próximos à linha do Equador, por exemplo:

O calor do clima pode ser tão excessivo que o corpo ficará totalmente sem força. Então o desânimo atingirá o próprio espírito; nenhuma curiosidade, nenhum nobre empreendimento, nenhum sentimento generoso; as

² “The Great Promise of Unlimited Progress – the promise of domination of nature, of material abundance, of the greatest happiness for the greatest number, and of unimpeded personal freedom – has sustained the hopes and faith of the generations since the beginning of the industrial age. To be sure, our civilization began when the human race started taking active control of nature; but that control remained limited until the advent of the industrial age. With industrial progress, from the substitution of mechanical and then nuclear energy for animal and human energy to the substitution of the computer for the human mind, we could feel that we were on our way to unlimited production and, hence, unlimited consumption; that technique made us omnipotent; that science made us omniscient. We were on our way to becoming gods, supreme beings who could create a second world, using the natural world only as building blocks for our new creation.” FROMM, Erich. *To have or To be?* Toronto, World Perspectives: Ruth Nanda Anshen, 1976, p. 1. Ênfase minha.

disposições serão todas passivas; a preguiça será a felicidade; a maioria dos castigos serão menos difíceis de sustentar do que a ação da alma, e a servidão menos insuportável do que a força do espírito que é necessária para conduzir a si mesmo.³

A passagem acima reproduzida sintetiza seu pensamento: a natureza seria o argumento suficiente, portanto final, para justificar distinções negativas: preguiça; ignorância devido à ausência de curiosidade; servidão; falta de generosidade e domínio próprio... A escravidão, inclusive, seria mais suportável nos trópicos, onde os castigos físicos se mostravam “*menos difíceis de sustentar*” – idéia bem aceita no modelo de exploração da força de trabalho adotado nas Américas, a partir do século XVI (*plantation*).

Tais teorias podem ser debatidas, no entanto, tanto em termos teóricos quanto à luz de uma análise mais concreta das variáveis envolvidas. Dessa forma, o presente artigo se propõe a discutir como a idéia de “natureza” foi utilizada, em espaços geográficos diferentes, para justificar hierarquias socialmente construídas.

A primeira parte analisa os espetáculos raciais conhecidos como *Zoológicos Humanos* entre o final do século XIX e primeira metade do século XX na Europa. Era o momento no qual os impérios coloniais europeus precisavam se auto-afirmar como modelo de mundo desenvolvido. Para tanto, buscaram argumentos na Biologia (anatomia dos corpos, especificamente) e Antropologia (comportamentos e hábitos distintos) para legitimar a dominação imposta a outros povos.

A segunda parte do artigo analisa como as teorias raciais européias colonizaram o Brasil e forneceram subsídios à construção de hierarquias que classificavam o biótipo do homem do Nordeste como anormal, em sua maioria. Especificamente na zona canavieira de Pernambuco, esse argumento foi utilizado com o propósito de naturalizar: *i*) a baixa estatura física dos canavieiros; *ii*) a maior parte das

³ MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la. O Espírito das Leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. 202-203.

doenças que os atingiam; *iii*) supostas imperfeições e desvios de caráter. As relações de trabalho que condicionavam as condições de vida dos cortadores de cana não eram mencionadas, na ótica dominante, como uma variável legítima de análise.

As mesmas idéias adotadas para justificar a exposição de não europeus em jardins zoológicos foram empregadas, com propósitos diferenciados, para inferiorizar o trabalhador rural na zona canavieira de Pernambuco. O elemento comum, em ambos os espaços, era o domínio sobre o corpo embasado em idéias distorcidas de ‘natureza’.

Os zoológicos humanos e a “natureza selvagem” dos povos “incivilizados”

Embora, durante toda a história, tenham existido povos que se percebiam como o centro e viam os demais como periféricos, foi apenas no século XIX, sob a afirmação dos impérios coloniais, amparados pela recente Antropologia, que os *outros* (não europeus) passaram a fazer parte de uma nova estratégia de lucro: os Zoológicos Humanos.⁴

Empreendimento bastante vantajoso para empresários, e rico em possibilidades de ‘avanços científicos’ para os pesquisadores de *espécies raras*, os Zoológicos Humanos tornaram-se grande atração na Europa. Nas ruas de Paris, e outras capitais européias, podiam ser vistos cartazes com o anúncio de venda dos tickets de entrada para as exposições. De crianças a idosos todos ficavam curiosos com a atração do mês seguinte.

A empresa era bastante simples: grupos de ‘pigmeus’ africanos, ‘amarelos’ asiáticos de forma geral, ‘aborígenes’ australianos ou ‘índios’ de diferentes comunidades do Novo Mundo eram levados à Europa onde seriam estudados, seus corpos medidos, e classificados em uma das categorias existentes – ou seria criada uma nova – abaixo da representada pelo europeu: homem branco de cérebro grande. Depois de “comprovada” a inferioridade dos indivíduos eles eram jogados em

⁴ BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Paris: La Découverte, 2004.

circos, sem roupas, ou água para higiene, sem locais apropriados para fazer necessidades fisiológicas básicas, ou comida suficiente. Após dias sem banho e com forte mau cheiro induzido, todos poderiam sair do espetáculo com a certeza de que tinham realmente visto um selvagem: *Oui, le “sauvage” existe! Je l’ai vu...* Para chamar a atenção do público, os empresários diziam que seus personagens vinham das regiões mais misteriosas do mundo. Seus temas prediletos eram: canibalismo, sacrifícios humanos, poligamia, e os hábitos alimentares dos povos menores.



Figura 1. Zoológico Humano, Paris1895. *Fonte:* www.deshumanisation.com/phenomene/zoos-humains.

Também nos Estados Unidos, em 25 de fevereiro de 1836, P. T. Barnum dirigiu um acontecimento que lançou sua carreira no mundo do espetáculo. Começava a exibição, por todo o nordeste dos Estados Unidos, da afro-americana Joice Heth: cento e sessenta e um anos, e ex-ama de leite de George Washington. Sua longa história acabou numa mesa de operações, onde seu corpo foi dissecado diante do público. A conclusão, dada pelo doutor David L. Rorgers, de que Joice era uma farsa, levou a um grande debate jornalístico, principalmente na imprensa popular.

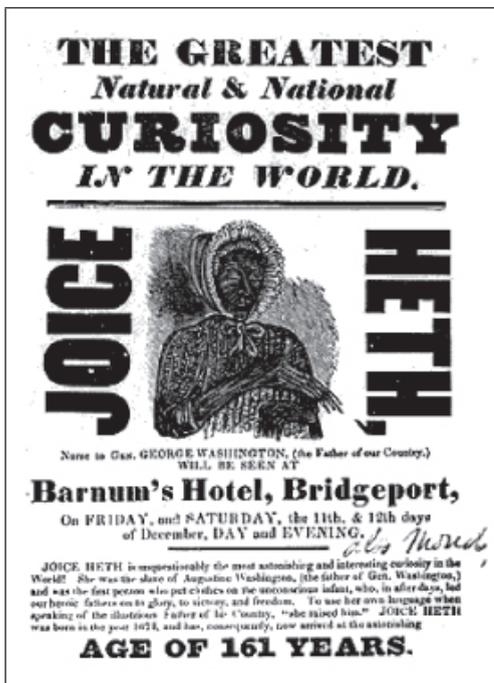


Figura 2. Cartaz idealizado por Barnum apresenta Joice Heth. Fonte: chnm.gmu.edu/courses/jackson/5pts/museum/heth.html.

Na primeira turnê Joice foi exibida em tavernas, albergues, museus-estações e salas de concertos, através dos Estados Unidos, por um período de sete meses até sua morte. Ela tinha cerca de 20 quilos, estava cega, desdentada e tinha a pele enrugada, estava paralisada de um braço e das pernas: “Ela é simplesmente um esqueleto coberto por pele, e sua aparência geral se assemelha muito com uma múmia dos tempos faraônicos, saída das catacumbas do Egito”.⁵ Outros, diziam que ela não morreria jamais. Barnum apresentava afro-americanos com vitiligo, albinismo e hidrocefalia como os elos perdidos na corrente da evolução.⁶

Já no final do século XIX, os *Wild West Shows* de Buffalo Bill,

⁵ “Elle est simplement un squelette couvert de peau, et son apparence générale ressemble beaucoup à une momie des temps pharaoniques, prise dans son entier des catacumbes d’Égypte.” REISS, Benjamin. “P. T. Barnum, Joice Heth et les débuts des spectacles ‘raciaux’”. In: BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Op. Cit., p. 25.

⁶ O filme *O Elo Perdido* (título original: *Man to Man*), do diretor Regis Wargnier, co-produzido pela França, África do Sul e Inglaterra em 2005, mostra com detalhes os bastidores dos zoológicos humanos.

iniciados em 1883, tornaram-se mundialmente famosos. As apresentações exibiam não apenas índios, mas também Turcos, Árabes, Mongóis. Touro Sentado, chefe dos Sioux, participou dos grandes espetáculos que contavam com cenários e figurinos específicos, além de forte apelo ao público.



Figura 3. Primeira página da programação do espetáculo dos *Wild West Shows* de Buffalo Bill, por volta de 1890. Fonte: <http://www.bgsu.edu/departments/acs/1890s/buffalobill/bbwildwestshow>.



Figura 4. Grupo de nativos americanos nos *Wild West Shows* de Buffalo Bill, Londres. *Fonte:* <http://www.bgsu.edu/departments/acs/1890s/buffalobill/bbwildwestshow>.

Longe de despertar indignação, estas “apresentações” tornaram-se um sucesso em Lyon, Londres, Hamburgo, Bruxelas, Genebra, Paris, sobretudo entre as classes médias. As imagens dessas exposições fazem parte do documentário francês *Zoos Humains*, dirigido por Pascal Blanchard e Eric Deroo, autores de estudos acadêmicos a respeito.

A construção do conhecimento sobre o mundo é um elemento fundamental de poder. Assim, enquanto anexos aos museus, os parques zoológicos tinham a missão de criar um inventário de seres vivos e divulgar estes supostos conhecimentos entre a população em geral.⁷ A idéia era colocar ordem na natureza através de uma coleção de animais que não se encontravam normalmente juntos no meio natural. Vendo o mundo como um grande catálogo, “*classificar os seres vivos é procurar*

⁷ BLANCHARD, Pascal ; BANCEL, Nicolas & LEMAIRE Sandrine. “Les zoos humains: le passage d’un ‘racisme scientifique’ vers un ‘racisme populaire et colonial’ en Occident”. In: BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Op. Cit.

dar um sentido a natureza, é revelar sua organização subjacente”.⁸ Exibir humanos, exóticos e selvagens, antropófagos, monstruosos, era também, uma forma de certificar sua própria normalidade.

Desde Lineu e Buffon – este último acreditava ser a ligação entre o homem e a natureza primordial na determinação do estado de civilização, onde o modelo ocidental seria o mais avançado, posto ser dominador da natureza – os seres humanos tornaram-se um verdadeiro componente científico, e os corpos eram seu principal objeto de análise. Grandes ou pequenos, porém musculosos, suados e mal cheirosos, disformes e multiformes eram os corpos que todos pagavam para ver nos zoológicos humanos. Ademais, as “transgressões sexuais”, poligamia, vitalidade sexual e incesto, contribuíram para alargar a fronteira entre a Europa e *os outros*. Defendia-se que as leis da natureza podiam ser vistas através dos corpos. A cor da pele era sempre um diferencial marcante, inclusive na determinação das raças. As gradações iam dos tons mais escuros aos mais claros, estabelecendo o roteiro do racismo atual.⁹

Era importante mostrar *o outro*. Exibi-lo era, ao mesmo tempo, reconhecer nele um estatuto de inferioridade e se auto-afirmar como o detentor do saber, conseqüentemente de poder. Assim, a função dos espetáculos – que ultrapassou o século com suas idéias coletivas acerca da inferioridade *dos outros* e chegou até a década de 1940 com as últimas exposições coloniais – não era apenas distrair, mas também informar e educar.

Se você tivesse ido à escola na Europa ou América inglesa há 150 anos, em meados do século XIX, seria ensinado a você um tipo muito curioso da história. Você teria aprendido, por um lado, que cada coisa importante que já aconteceu à humanidade aconteceu em uma parte do mundo, a região

⁸ “Classer les êtres vivants, c’est chercher à donner un sens à la nature, c’est révéler son organization sus-jacente” . ARDAGNA, Yann & BOËTSCH, Gilles. “Zoos humains: le ‘sauvage’ et l’anthropologue”. In: BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Op. Cit., p. 60.

⁹ BANCEL, Nicolas & SIROST, Olivier. “Le corps de l’autre: une nouvelle économie du regard”. In: BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Op. Cit.

que chamaremos de “Grande Europa”, ou seja, o continente geográfico da própria Europa...

Alguns de seus professores teriam também afirmado que apenas as pessoas desta região são realmente humanas: Deus criou as pessoas de outros lugares como um diferente, não-humanos, ou melhor infra-humanos, como espécies. E todos os seus professores de ciência, bem como de história teriam concordado que os não-europeus não são tão inteligentes, nem honoráveis, e (para a maior parte) não tão corajosos quanto os europeus: Deus os fez inferiores.¹⁰

O argumento “natural”, que justificava o direito de exibir os *exóticos*, justificou também a colonização da África e Ásia, na mesma época. A Europa passou a se afirmar como o centro da vida moderna e desenvolvida na qual todas as outras sociedades deveriam se espelhar. Assumia o papel de guia do mundo, de civilização superior.

Iniciada na Europa, a classificação e *ranking* do tipo humano em raças superiores e inferiores influenciou profundamente o desenvolvimento e, de fato, a própria criação das ciências. Biologia, Medicina, Psicologia, Antropologia, Etnologia e Sociologia eram todas de alguma forma moldadas por um paradigma evolutivo.

O racismo científico explicou por que alguns tiveram êxito e outros falharam, parecia deixar claro as razões para as realidades contemporâneas nas relações internacionais, e justificou o domínio de poucos (brancos) sobre muitos (pessoas de cor).¹¹

¹⁰ “If you had gone to school in Europe or Anglo-America 150 years ago, around the middle of nineteenth century, you would have been taught a very curious kind of history. You would have learned, for one thing, that every important thing that ever happened to humanity happened in one part of the world, the region we will call “Greater Europe”, meaning the geographical continent of Europe itself. . . . Some of your teachers would have also claimed that only the people of this region are really human: God created the people of other places as a different, nonhuman, or rather inhuman, species. And all of your teachers of science as well as history would have agreed that non-Europeans are not as intelligent, not as honorable, and (for the most part) not as courageous as Europeans: God made them inferior.” BLAUT, Jim. *The Colonizer’s Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford, 1993, pp. 3-5.

¹¹ “Initiated in Europe, the classification and ranking of human kind into superior and inferior races profoundly influenced the development, indeed, the very creation of the sciences. Biology, medicine, psychology, anthropology, ethnology, and sociology were all to some degree shaped

A construção de um imaginário sobre *o outro*, fundada em uma visão racista e hierarquizante, é bastante devedora da Antropologia “científica”. Segundo Claude Lévi Strauss, essa disciplina foi a grande advogada do imperialismo no século XIX. Nela estavam as bases sobre as quais se alicerçaram os discursos que naturalizaram desigualdades construídas historicamente. Esse imaginário diferencialista sobre o outro acompanha, e mesmo precede, em alguns casos, a grande empreitada colonial das metrópoles européias. Isso é, no momento da colonização estavam reunidas as condições culturais e mentais, que iria legitimar a inferiorização sistemática de grupos humanos. O projeto colonial, então, se inscrevia em certa vontade uniformizadora, uma razão ocidental irrigada pela utopia da transparência científica, grande legitimadora das dessemelhanças negativas de então.

A construção da antropologia dita científica é concomitante ao colonialismo do século XIX... a cumplicidade entre saber e poder, aparece particularmente nessa época em razão da dupla eficácia de seus discursos e de suas praticas de dominação...¹²

Detentor do que chamava de ‘verdade sobre os fatos’, nos discursos “científicos” europeus do século XIX todos eram supostos aceitar a última palavra sobre tudo: de primitivos africanos, asiáticos, australianos e americanos que precisavam da ajuda européia para encontrar a vida civilizada; até gênios brancos de cérebros avantajados. Deterministas, grande parte dos cientistas afirmavam que as normas comportamentais, bem como as diferenças sociais e econômicas

by an evolutionary paradigm. Scientific racism explained why some succeed while others failed, seemed to make clear the reasons for contemporary realities in international relations, and justified the dominance domestically of the few (whites) over the many (colored).” GRAHAM, Richard. “Introdução”. In: GRAHAM, Richard (Ed.). *The Idea of Race in Latin America: 1870-1940*. Texas: University of Texas Press, 1992, pp. 1-3.

¹² “La constitution de l’anthropologie dite scientifique est concomitante du colonialisme du XIXe siècle... la complicité entre savoir et pouvoir, particulièrement apparente à cette époque en raison de la double efficacité de ses discours et de ses pratiques de domination...” SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La Vue Portée au Loin: une histoire de la pensée anthropologique*. Genève: Editions d’en bas, 1985, p. 12.

existentes entre os grupos humanos, derivavam de distinções herdadas e inatas e que, nesse sentido, a sociedade era um reflexo fiel da biologia. A inteligência então poderia ser medida como quantidade isolada, e os métodos utilizados para tal empreitada eram a craniometria e os testes psicológicos. Tais idéias estavam amparadas na tradicional crença de que a ciência se constituía em um conhecimento objetivo, livre de qualquer tipo de corrupção social e política.

No livro *A falsa medida do homem*, Stephen Jay Gould desmascara a pretensa imparcialidade da ciência, mostrando que a cultura é um elemento determinante na formulação de perguntas, nos fatos que se busca, bem como na interpretação dada aos mesmos. Sua crítica combate a tendência de converter conceitos abstratos em coisas quantificáveis numericamente. Referindo-se a Paul Broca – médico, anatomista e antropólogo francês do século XIX – afirma que o mesmo possuía um argumento imbatível, pois, “*repudiado quando leva a conclusões indesejáveis e confirmado com base no mesmo critério, Broca não falsifica os dados numéricos: limita-se a selecioná-los ou a interpretá-los a sua maneira para que justifiquem as conclusões desejadas*”.¹³ Conclusões errôneas de dados “adequados”; incongruência tendenciosa e critérios desiguais; subjetividade orientada para obtenção de resultados preconcebidos; supressões de procedimentos; erros de cálculos e omissões foram armas utilizadas pelos supostos detentores do saber.

Nos Estados Unidos, os psicólogos americanos, após distorcerem a teoria de Binet, criaram o teste de QI, elaborando uma série de argumentos enganosos onde diferenças culturais foram transformadas em propriedades inatas. A *Lei de Restrição a Imigração*, promulgada em 1924, através da qual se limitava o acesso aos Estados Unidos de pessoas provenientes de regiões “geneticamente desfavorecidas”, foi um dos numerosos corolários que o teste de QI, então mais novo produto norte-americano, produziu.

Embora um desses testes tenha classificado o prefeito da cidade

¹³ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 80.

de Chicago como débil mental – e Goddard tenha começado a duvidar de sua veracidade afirmando que, “*ou metade da população é débil mental, ou então a mentalidade de 12 anos realmente não se encaixa nos limites da debilidade mental*”, após ter encontrado mentalidade de 12 anos em 47,3% dos testes feitos em brancos recrutados no exército – as diferenças entre os negros do norte e sul dos Estados Unidos permaneciam sendo explicadas em termos biológico-naturais:

Primeiro devido à maior proporção de sangue branco entre negros do norte, e segundo, a influencia dos fatores econômicos e sociais, como os salários mais elevados, as melhores condições de vida, a igualdade de privilégios escolares e um ostracismo social menos acentuado, que tendem a atrair os negros mais inteligentes para o norte.¹⁴

Os canaviais pernambucanos e a construção dos desiguais

Esse conjunto arquitetônico de idéias evolucionistas e eugênicas, no qual o argumento ‘natural’ servia de concreto, forneceu o legado conceitual que exerceu profunda influência não apenas em vários intelectuais, mas também em políticas públicas com relação à educação, crime, saúde e imigração na América Latina.

Em todos os lugares, o pensamento racista impeliu decisões políticas. Na Argentina, Brasil e Cuba (e no México antes de 1910), afetou diretamente as leis de imigração. No Brasil e Cuba foi usada para defender reações particulares com relação ao comportamento criminal. Em Cuba, deu forma às políticas de combate a “bruxaria”, incentivado até mesmo algumas políticas segregacionistas, afetando a legislação sobre eleições, e promoveu a repressão sangrenta de um partido político negro. A reação argentina aos conflitos trabalhistas foi guiada por uma crença no perigo representado por judeus russos devido à sua raça. O México pré-revolucionário se embasou em teorias racistas para justificar a desapropriação de

¹⁴ BRIGHAM, C. C. *Um estudo da inteligência americana*, citado por GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Op. Cit., p. 236.

comunidades indianas, bem como um determinado modelo de desenvolvimento econômico e projeto para construção da nação. Revolucionários mexicanos da mesma forma se basearam em conceitos de raça para racionalizar políticas destinadas a promover o estado, encorajando a formação da consciência nacional. E em toda a América Latina os pensadores entenderam a educação como uma possível fuga do determinismo racial, mesmo quando parcialmente aceitavam esse determinismo.¹⁵

O Brasil, como as demais nações da América Latina, mostrou-se vulnerável às teorias raciais européias.¹⁶ As idéias predominantes na elite política do final do século XIX, elegeram o *branqueamento*¹⁷ da nação como a única alternativa para o desenvolvimento. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, por exemplo, defendiam que a miscigenação gradualmente e inexoravelmente ‘branquearia’ a população ‘melhorando’ seu nível, e,

¹⁵ “Everywhere, racist thinking impelled policy decisions. In Argentine, Brazil, and Cuba (and in Mexico before 1910), it directly affected immigration laws. In Brazil and Cuba it was used to defend particular responses to criminal behavior. In Cuba it shaped policies toward “witchcraft”, encouraged even some segregationist policies, affected legislation regarding elections, and fostered the bloody repression of a black political party. Argentine reaction to labor unrest was guided by a belief in the danger posed by Russian Jews because of their race. Prerevolutionary Mexico had drawn on racist theories to justify the disappropriation of India communities, as well as a particular model of economic development and project for nation building. Mexican revolutionaries similarly drew on concepts about race to rationalize policies designed to advance the state while encouraging the formation of national consciousness. And everywhere in Latin America thinkers understood education to be a possible escape from racist determinism, even as they partly accepted that determinism.” GRAHAM, Richard. “Introdução”. In: GRAHAM, Richard (Ed.). *The Idea of Race in Latin America: 1870-1940*. Op. Cit., p. 4.

¹⁶ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. “Uma Estranha noção de ciência: repercussões do pensamento eugênico no Brasil”. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: EdUFPE. n. 27-1, 2009.

¹⁷ Oliveira Vianna, por exemplo, embasado nos censos demográficos de 1872 e 1890, acreditava que o Brasil caminhava para o ‘branqueamento’ de sua população. Segundo o autor, “o negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco”. VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 327-328.

conseqüentemente, as perspectivas de progresso da nação.¹⁸ O Conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Brasil durante quinze meses em missão oficial, escreveu sobre o país: “*Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia*”.¹⁹

Mesmo rejeitando a teoria das diferenças biológicas absolutas, vários abolicionistas acreditavam na influencia racial. Eles esperavam maximizar, nos *povos menores* do Brasil, a influência da mais alta e avançada civilização: a europeia. Para isso, um dos meios mais fáceis seriam os casamentos entre pessoas de raça diferentes (*intermarriage*). A miscigenação era vista como regenerativa, se não biologicamente, ao menos em termos de contatos culturais.

Os abolicionistas acreditavam que a escravidão era um empecilho moral, econômico e político ao desenvolvimento da nação. Eles viram a herança da escravidão como uma massa de trabalhadores “pré-modernos” passivos que poderiam, naquele estado, contribuir pouco para o rápido desenvolvimento do Brasil.²⁰

Nina Rodrigues, médico e primeiro antropólogo brasileiro a fazer um levantamento dos povos africanos residentes no país, por exemplo, estudou o comportamento social dos ‘negros’ e ‘mestiços’ a luz da teoria lombrosiana. Além disso, defendia a existência de diferenças ontológico-naturais entre as raças. As tendências criminais dos ‘negros’, por exemplo, eram explicadas pela análise do crânio.²¹

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições questão racial no Brasil (1870-1930)*. Cia. Das Letras, 1995.

¹⁹ RAEDERS, Georges. *O conde Gobineau no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 96 citado por SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O Espetáculo da Miscigenação”. In: *Estudos Avançados* 8 (20), 1994, p. 137.

²⁰ “The abolitionists believed that slavery was a moral, economic, and political drag on the nation’s development. They saw the heritage of slavery as a mass of passive ‘premodern’ workers who could, in their present state, contribute little to the rapid development of Brazil.” GRAHAM, Richard. “Introdução”. In: GRAHAM, Richard (Ed.). *The Idea of Race in Latin America: 1870-1940*. Op. Cit., p. 10.

²¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp. 247-250, jan/jun 2005.

Sua idéia de relatividade do crime, para alguns moderna à época, defendia que os crimes são involuntários em certas raças, e por isso a aplicação da lei deveria ser condicionada aos diferentes estágios de civilização. Para o autor em questão, não se poderia julgar “raças inferiores” com o código de “povos civilizados”. Assim, não seria possível exigir de um povo uma evolução incompatível com seu desenvolvimento intelectual.²²

Conhecidos como teóricos do poligenismo, ou simplesmente como darwinistas sociais, esses pensadores procuravam traçar paralelos com a teoria de Darwin, no que se refere às sociedades. A máxima era supor que o que valia para a natureza, valia para os homens, e que desigualdades sociais e políticas não passavam de diferenças biológicas e naturais. Em outros termos, tratava-se, sempre, de uma questão de adaptação ao meio: a superioridade da raça branca estaria comprovada por sua supremacia política, mas referida à sua “evidente” capacidade física e moral.²³

Já no século XX, os estudos biotipológicos no Brasil ganharam força e criaram escolas. Em várias partes do país (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Recife) foram criados centros de estudos constitucionais. Através de medidas morfológicas, fisiológicas e psicológicas, o objetivo era classificar os corpos, quase sempre tomando por referência padrões europeus, sobretudo Italianos (Pende, Viola e Barbara), Franceses (Sigaud) e Alemães (Kretschmer). A busca na definição das constituições, temperamentos e caracteres de um “tipo brasileiro” era tarefa reconhecidamente árdua, haja vista a profunda ‘mistura racial’ do país entre portugueses, índios e negros.

²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues”. In: *Gazeta Médica da Bahia*. n. 76. Suplemento 2, 2006. BOTELHO, Andre & Schwarcz, Lilia (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 interpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos Males da Medida”. In: *Psicol. USP* [online]. 1997, vol.8, n.1.

Nesse cenário, o Recife, ao lado do Rio de Janeiro, se destacava como “o maior centro de estudos constitucionais do Brasil”,²⁴ e desenvolvia pesquisas que buscavam qualificar os tipos físicos dos habitantes do Nordeste.

Em 1939, foi publicado, na “Coleção Documentos Brasileiros”, dirigida por Gilberto Freyre, o livro *A Morfologia do Homem do Nordeste (estudo Biotipológico)*. Tomando por base o Estado de Pernambuco, e em consonância com a política de Estado Novo do presidente Vargas, Alvaro Ferraz e Andrade Lima Junior, buscaram reconstruir, e classificar, as características físicas dos nordestinos.²⁵ Para os estudos foram selecionados – pelo “*bom senso e tendo por ponto de reparo a cor da pele e a qualidade dos cabelos*”²⁶ – soldados da Brigada Militar de Pernambuco, com “o cuidado de afastar além dos maiores de 45 anos, todo indivíduo portador de doença ou incomodo capaz de alterar qualquer das grandes cavidades do tronco (tórax ou abdômen) ou o desenvolvimento tentacular dos membros”.²⁷ De acordo com os estudiosos, havia predomínio de formas *longilíneas* no Litoral e Sertão (classificados entre 458 leucodermos/brancos); e *brevilíneas* (classificados entre os 435 faiodermos/mulatos) no que eles chamaram de Zona Intermediária (Zona da Mata e Agreste).

As conclusões eram claras: apenas 7,6% dos indivíduos do Nordeste se enquadravam na categoria de normais (*normolíneos*), inclusive no Litoral, onde traços europeus poderiam ser encontrados com maior facilidade. Supostos erros de cálculos eram desprezados já que “*existe na natureza o equivalente objetivo dos erros subjetivos*

²⁴ FERRAZ, Alvaro & LIMA JUNIOR, Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste (Estudo Biotipológico)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 10.

²⁵ ALBURQUERQUE, Durval Muniz de. “Breve, lento, mas, compensador: a construção do sujeito nordestino no discurso sócioantropológico e biotipológico da década de trinta”. In: *Afro-Ásia*, 9/20 (1997), 95-107.

²⁶ FERRAZ, Alvaro & LIMA JUNIOR, Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste (Estudo Biotipológico)*. Op. Cit., p. 280.

²⁷ Idem, p. 90.

de observação” (lei dos erros).²⁸ Dessa forma, a própria natureza se encarregaria de construir objetivamente as categorias, e hierarquizá-las em escala linear.

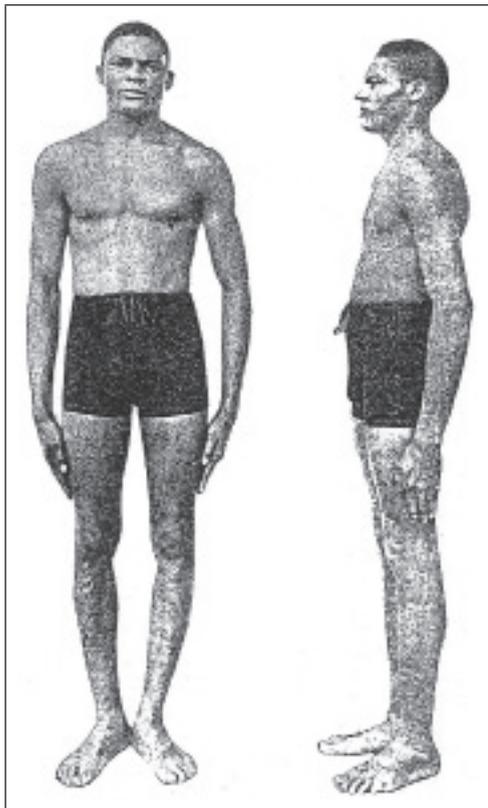


Figura 5. Militar Arlindo José Ribeiro. Faiodermo macrolongilíneo. Lugar de Nascimento: Paudalho (zona canavieira de Pernambuco). Fonte: FERRAZ, Alvaro & LIMA JUNIOR, Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste (Estudo Biotipológico)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Não que os traços do nordestino não estivessem ligados a fatores hereditários. Nesse caso, sua característica quase “*disforme*”²⁹ – termo utilizado pelos autores do texto – fora determinada por condicionantes externos. A desnutrição crônica da maior parte da população do Nordeste brasileiro, brevemente mencionada pelos doutos cientistas, influenciava diretamente a estrutura óssea, porte

²⁸ Idem, p. 264.

²⁹ Idem, p. 314.

físico, envergadura e demais medidas, com danos irreversíveis, inclusive em nível de gerações. Segundo o médico nutricionista Malaquias Batista Filho, a fome:

é um fator que compromete gerações futuras fazendo com que a desnutrição termine assumindo as características de uma doença hereditária. Por exemplo, as mães baixinhas tendem a ter filhos de baixo peso, que pelo fato de ter baixo peso apresentam um risco grande de morrer, que é uma marca epidemiológica de risco para a criança recém-nascida. E, não morrendo, apresentam uma probabilidade maior de adoecer e de apresentar nanismo, fazendo com que uma geração transfira para a outra como se fosse uma herança biológica, a própria desnutrição.³⁰

A zona canavieira, especificamente, produziu uma sociedade desnutrida. Em todos os estudos realizados, sobre as condições nutricionais dos trabalhadores da cana, se constataram índices alarmantes. Josué de Castro foi o primeiro autor a realizar, efetivamente, pesquisas a respeito da influência negativa da monocultura da cana-de-açúcar sobre a alimentação dos trabalhadores.³¹ Seus escritos (sobretudo *As condições de vida das classes operárias no Recife* de 1932) serviram, inclusive, como base para a regulamentação da lei do salário mínimo e da formulação da ração essencial mínima (cesta básica).³²

Sua obra mais conhecida, *Geografia da Fome*, publicada pela primeira vez em 1948 e traduzida para vários idiomas, foi pioneira no Brasil. Contra a idéia de que a fome compunha um processo natural, inerente a todas as sociedades, Josué de Castro transfere a discussão

³⁰ Entrevista com Malaquias Batista Filho citada por DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: EdUFPE, 2007, p. 477.

³¹ VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. "Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves". In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2001, vol. 8, n. 2, pp. 315-339. ISSN 0104-5970.

³² A ração essencial mínima (Cesta Básica) foi definida pelo Decreto Lei 399 de 30 de maio de 1938 e estabeleceu 12 produtos alimentares (feijão, arroz, farinha de mandioca, pão, carne, leite, açúcar, banana, óleo, manteiga, tomate e café).

racial para um campo histórico-político-econômico. Em *Geopolítica da Fome*, outra importante obra sua, enfatiza que a fome não é “*um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição*”.³³ Na Zona da Mata de Pernambuco, constatou que o baixo poder de compra dos trabalhadores, associado ao desmatamento das florestas e poluição dos rios pela usinas, criou uma sociedade onde “*homem e terra (...) se tiveram de despojar de inúmeras prerrogativas para satisfazer o apetite desadorado da cana*”.³⁴ O contraste entre as possibilidades geográficas do lugar (fertilidade dos solos, presença de árvores frutíferas e rios com uma imensa quantidade de peixes) e a extrema exigüidade dos recursos alimentares da região era explicado pela monocultura da cana.

O modelo de produção desde sempre adotado na zona canavieira, com base na exploração de terra e gente,³⁵ subverteu o equilíbrio ecológico da região, com a destruição do revestimento vivo, vegetal e animal, provocando grave prejuízo à estrutura biológica dos grupos humanos. A baixa capacidade de trabalho³⁶ do nordestino era, sobretudo, decorrente de seu reduzido poder de compra:³⁷ “*salários miseráveis*”, na sua expressão. O perfil nutricional da população do Nordeste açucareiro, traçado pelo autor, revelou uma média de 1.645 calorias consumidas diariamente, enquanto o nível mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde era de 2.500 calorias.

Com a abolição da escravatura, os negros e os mestiços saídos das senzalas, ficando com a alimentação a cargo dos seus salários miseráveis, começaram por diminuir as quantidades de alimentos

³³ CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Volume I, 8ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968, p. 59.

³⁴ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 99.

³⁵ CASTRO, Josué de. *Sete palmas de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

³⁶ CASTRO, Josué de. *O Livro Negro da Fome*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966, p. 126.

³⁷ CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Organização de Anna Maria de Castro. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 57.

de sua dieta, e já não dispunham nem de combustível suficiente para produzir o trabalho que antes realizavam. Diminuíram, então, o seu rendimento para equilibrar o déficit orgânico, sendo esta diminuição tomada pelos patrões mais reacionários como um sinal de preguiça consciente, de premeditada rebeldia do negro liberto contra o regime feudal da economia açucareira. A verdade é que a moleza do ‘cabra de engenho’, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronceiro e pouco produtivo.³⁸

Diferente de pensadores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, que haviam construído um Brasil de raças superiores e inferiores, Josué de Castro rejeitou a ‘natureza’ das raças como elemento legítimo de inerente distinção.

Desta forma, a mesma idéia adotada como legítima para justificar a exposição de não europeus em jardins zoológicos, foi empregada, com propósitos diferenciados, para naturalizar a baixa estatura física, doenças e supostas imperfeições de caráter dos canavieiros em Pernambuco. Os traços desses indivíduos – inclusive a “*estreiteza do seu campo visual*” que só enxergava a cana³⁹ – teriam sido detalhadamente desenhados pela ‘natureza’. Sua estrutura corpórea seria uma determinação genética de anomalia.

Alimentação e condições de vida, bem como distinções de classe e processo de trabalho são apenas mencionados pelos construtores do biótipo dominante do homem do Nordeste. Entretanto, todas essas variáveis afetavam diretamente a composição física dos indivíduos. O regime de trabalho arbitrado pela agroindústria da cana exigia elevado esforço corporal. Os movimentos de braços e pernas requeridos para o corte da planta, por exemplo, afetavam a estrutura óssea dos indivíduos, ao longo de anos; além dos riscos imediatos da função.

³⁸ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Op. Cit., pp. 128-129.

³⁹ FERRAZ, Alvaro & LIMA JUNIOR, Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste (Estudo Biotipológico)*. Op. Cit., p. 309.

Um estudo detalhado com prontuários médicos de pacientes provenientes de usinas e engenhos de toda a zona canavieira de Pernambuco revelou o elevado índice de patologias tipicamente relacionadas ao trabalho. A Tabela abaixo expõe a frequência de alguns diagnósticos para trabalhadores da cana internados no Hospital Barão de Lucena (conhecido como “Hospital das Usinas”) entre os anos 1963-1973.

“Hospital das Usinas” (1963-1973) Trabalhadores do Açúcar	
Diagnósticos	Nº de Pacientes
Fraturas	314
Hérnia	267
Contusão	155
Ferimentos	147
Artrite e Artrose	58
Entorse	44
Luxação	24
Lombalgia	13

Fonte: Arquivo do Hospital Barão de Lucena.

As condições de saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira eram reflexos de seu modelo de produção. O número indicativo de pacientes fraturados expõe as consequências de jornadas exaustivas de trabalho e ausência de equipamentos de proteção individual. O aumento da pressão abdominal, exigido em todas as etapas, desde o plantio até o corte e transporte da cana, multiplicava os casos de hérnia. Movimentos bruscos e esforços repetitivos; provocavam pequenas lesões afetando as articulações e provocando artrites, artroses, entorses, luxações e lombalgias, além de contusões e ferimentos.

A história da cana-de-açúcar em Pernambuco foi marcada, durante séculos, por concentração fundiária, monocultura e regime de trabalho forçado. A combinação desses três elementos produziu um

espaço nitidamente singular, caracterizado por uma sociedade patológica, arquetizada sobre desiguais relações de poder, cujas consequências são visíveis no corpo de milhares de trabalhadores. O tipo físico de um cortador de cana em Porto Rico foi descrito por Sidney W. Mintz:

Um homem esguio de braços bronzeados e poderosamente musculosos, e cujas mãos pareciam quase grotescas comparadas ao esqueleto frágil do personagem; elas poderiam pertencer a um homem duas vezes maior e mais gordo. Seu rosto era muito enrugado; e quando eu descobri mais tarde como na realidade ele era jovem, fiquei chocado com a discrepância entre seu físico e sua idade real.⁴⁰

A decalagem entre idade real e aparência física também foi notada pelo jornalista Romildo Maia Leite: “*amarelo, raquítico, precocemente envelhecido, rugas de sessenta num rosto de quarenta*”.⁴¹ O caso pernambucano revelava ainda outro elemento: o nanismo nutricional.

No final dos anos 1980, o médico Meraldo Zisman publicou o livro *Nordeste Pigmeu*. Após quase dez anos de pesquisa, realizada com 30.323 recém nascidos no Recife, o autor concluiu: “*o nordestino caminha a passos cada vez mais largos para o nanismo*”.⁴² A desnutrição crônica e endêmica⁴³ entre os trabalhadores rurais rendeu-lhes o epíteto de “*Homens Gabiru*”, paralelo perfeito para expor sua ‘inferioridade’ congênita.⁴⁴

⁴⁰ “ Um homme fluet aux bras tannés et puissamment musclés, et dont les mains semblaient presque grotesques comparées au squelette frêle du personnage; elles auraient pu appartenir à un homme deux fois plus grand e plus gros. Son visage était très ridé; quand je sus plus tard combien en réalité il était jeune, je fus choqué par le décalage entre son physique et son âge réel.” MINTZ, Sidney W. *Tasso: un travailleur de la canne*. Paris: Maspéro, 1979, p. 28.

⁴¹ MAIA LEITE, Romildo. “Introdução”. In: ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu: uma geração ameaçada*. Recife: OEDIP, 1987, p. 21.

⁴² ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu: uma geração ameaçada*. Op. Cit., p. 215.

⁴³ CHAVES, Nelson. “Ecologia e Nutrição: observação no trópico úmido”. In: CHAVES, Nelson. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Op. Cit., pp. 140-141.

⁴⁴ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. “*Malandragem e Corpo Mole*’: a naturalização das doenças do trabalho no discurso da classe patronal canavieira em Pernambuco (1960-1975)”. In:

Testes de QI realizados, na década de 1970, por Nelson Chaves e Álvaro Vieira de Melo em filhos de trabalhadores rurais da cana nos municípios de Gameleira, Ribeirão e Água Preta, constataram níveis abaixo da normalidade. Suas conclusões, entretanto, afirmavam que o problema principal era socioeconômico, transferido ao longo de gerações: “a população na Zona da Mata, secularmente desnutrida, marchava para o nanismo nutricional e a mutilação cerebral”.⁴⁵ Ademais, o discurso acerca da suposta inferioridade dos trabalhadores rurais serviu para justificar um modelo social perene:⁴⁶ a “Civilização’ do Açúcar”.



Este trabalho buscou mostrar como o mesmo argumento “natural” que legitimou a exposição de não europeus em jardins zoológicos na Europa, foi utilizado, com propósitos diferenciados, para naturalizar a construção dos desiguais no Nordeste do Brasil.

A fronteira que separava os zoológicos humanos, na Europa, e as terras do açúcar em Pernambuco é mais tênue do que se possa comumente imaginar. As idéias de que as características corporais dos indivíduos refletiam sua natureza, portanto sua essência, foram utilizadas nos dois lados do Atlântico.

Embora o caráter das diferenças fosse distinto (*biológico* para os expostos nos Zoológicos Humanos e *socioeconômicos* para os trabalhadores rurais da cana), a argumentação que construiu os desiguais fora embasada, em ambos os casos, na idéia de “natureza”.

Assim como a “raça” não é uma realidade biológica, mas uma criação social e os zoológicos humanos não são a exibição da

Cadernos de História. Oficina de História: escritos sobre saúde, doenças e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, pp. 259-299.

⁴⁵ CHAVES, Nelson. “Saúde para todos no ano 2000”. In: CHAVES, Nelson. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Recife: EdUFPE, 2007, p. 297.

⁴⁶ DABAT, Christine Rufino. “Açúcar e Trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene”. In: *Cadernos de História: oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife: EdUFPE, ano 6, nº 6, 2009.

selvageria, mas sua construção, idéias distorcidas sobre natureza serviram como vetores essenciais na passagem de um racismo científico, para uma visão racial do mundo.

Em ambos os casos, a mudança “epistemológica” do ponto de vista do sujeito refletia a mudança “ontológica” do próprio objeto.⁴⁷ Ou seja, o olhar do sujeito estava no objeto mais que o objeto em si. A imagem estava no olho de quem via, mas quem via também estava na imagem, e se enxergava como elemento definidor do saber. A estética inferior dos *outros* só era possível, na visão de quem as construiu, não um reflexo da natureza.

Recebido em: 27/08/2011

Aceito em: 20/12/2011

⁴⁷ ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008..